

ANÁLISE DA REITORIA BASEIA-SE EM FICÇÃO PESSIMISTA

Na manhã da última terça-feira, dia 18, pouco antes da Assembléia da Adunicamp, os servidores docentes e técnico-administrativos receberam por correio eletrônico uma mensagem da Coordenadoria Geral da Universidade que informava que o gabinete do reitor disponibilizara, na sua página da internet, dados concernentes ao impacto, sobre o orçamento da Unicamp, do reajuste salarial proposto pelo Cruesp.

No dia seguinte, o reitor Hermano Tavares publicava, na seção Opinião do Correio Popular, um artigo baseado nesses dados, intitulado “Reajuste salarial balizado pela realidade”. O jornal havia tomado a iniciativa de oferecer igual espaço à Reitoria, à Adunicamp e ao STU para discutir a crise nas Universidades Estaduais Paulistas.

Tão pouco convincente foi o texto do reitor que, mesmo sem ter tido tempo de dissecar a informação contida na página do seu gabinete, as entidades sindicais conseguiram oferecer ao jornal um material que conduziu à elaboração de um veemente editorial contra a contenção de verbas para a universidade pública.

Começamos, assim, na imprensa local, a vencer a barreira de desinformação com que o governo, a grande imprensa e as reitorias vêm tentando alijar o nosso movimento da opinião pública.

O editorial estranhava a retração do orçamento das universidades pú-

blicas num momento em que “todos os parâmetros do desenvolvimento indicam a necessidade de valorizar e expandir a formação e os serviços universitários”. Teria estranhado mais ainda se tivesse tido acesso aos dados deste Boletim sobre a ficção a que o Reitor denomina realidade.

O orçamento, ao qual a Reitoria aplica o mágico rótulo “aprovado pelo Consu”, como se isso garantisse o seu caráter realista, é uma projeção feita num período de baixa arrecadação, com parâmetros definidos pela Secretaria da Fazenda, que sempre subestima a receita. Nele, a massa salarial é superestimada e a receita, subestimada.

O orçamento, ao qual a Reitoria aplica o mágico rótulo “aprovado pelo Consu”, como se isso garantisse o seu caráter realista, é uma projeção feita num período de baixa arrecadação, com parâmetros definidos pela Secretaria da Fazenda, que sempre subestima a receita. Nele, a massa salarial é superestimada e a receita, subestimada.

Ora, o Consu não pode senão aprovar um orçamento fictício. Se não se fizessem projeções para um ano vindouro, a Universidade pararia. A grande questão política na discussão do orçamento frente à questão salarial é, por que, depois de decorrido um

quadrimestre, ainda se continua trabalhando com uma ficção cujo caráter pessimista já foi demonstrado.

Na reunião com o Fórum do dia 19 passado, o Cruesp apresentou dados sobre o fluxo de caixa de janeiro a abril que refutam a sua própria tese e comprovam a nossa.

Aplicando-se um reajuste de 25% à massa salarial (onde se inclui o total das despesas com salários, inclusive novas contratações) e fazendo-se uma projeção conservadora desses dados (com uma expectativa de crescimento de 1%, contra os 4% previstos pelo FMI, e 6% de inflação), tem-se um comprometimento acumulado com folha de pagamento de 87,2%. Isso está próximo dos 85%, que a própria Reitoria considera “saudáveis”. Sem entrar no mérito dessa questão, vale lembrar que o comprometimento acumulado das 3 universidades, nos anos de 96, 97, 98 e 99, foi, respectivamente, de 87,3%, 86,7%, 94,2% e 88,3%.

A “realidade” que baliza os cálculos da Reitoria é, na melhor das hipóteses, um reflexo das dificuldades com a queda de arrecadação dos anos anteriores. Estranha-se, assim mesmo, que a qualidade do ensino e da pesquisa seja posta em jogo em nome de uma opção que já se pode dizer pessimista. Outras razões há para fazer caixa nas Universidades. Já as apontamos na imprensa (V. Correio Popular, 19 de abril de 2000, página 3). Voltaremos a elas nos próximos Boletins.

Desde novembro reitores confundem e arrastam negociação

Os reitores da universidade estaduais paulistas vêm demonstrando uma enorme indisposição para negociar o reajuste salarial com as entidades do Fórum das Seis. Na campanha salarial do ano passado, ficou acordado que o Cruesp voltaria a discutir a pauta de reivindicações das entidades no segundo semestre. Em novembro de 1999, momento em que a arrecadação do ICMS começava a apresentar um crescimento superior ao previsto, as entidades solicitaram uma reunião com os reitores para dar continuidade às negociações salariais. Os reitores argumentaram que seria impossível reajustar salários naquele momento e prometeram nova reunião para fevereiro de 2000. Em fevereiro, eles adiaram as negociações para abril/maio.

Para definir a pauta de reivindicações para a campanha de 2000, as entidades demonstraram que as universidades têm condições de reajustar os nossos salários em 25%. Na primeira reunião de negociação da referida pauta, docentes, funcionários e estudantes foram recebidos, na Secretaria de Ciência e Tecnologia, com tropa de choque, bombas de gás lacrimogêneo e outras brutalidades, num ato de absoluto desrespeito para com a comunidade acadêmica.

E o desrespeito continua. Na reunião ocorrida no último dia 19 de abril, os reitores chegaram despreparados, apresentaram informações desencontradas e demonstraram não pactuar consenso em relação às negociações com as entidades.

Reitores comparecem despreparados à reunião com o Fórum das Seis

Na reunião entre o Cruesp e o Fórum das Seis, ocorrida no último dia 19 de abril, para retomar as negociações, abortadas no dia 13, os reitores, após algumas conversas desencontradas, passaram a palavra ao assessor do Reitor da USP, professor Hélio Nogueira, que verbalizou a seguinte proposta: **7% de reajuste já na folha de abril e abono de 3% sobre a massa salarial a ser pago no mesmo mês.** Esse abono seria pago integralmente e calculado sobre o salário já reajustado. Após a apresentação da proposta, o professor Hermano Tavares, solicitou um prazo de 120 minutos (sic) para que os reitores a redigissem e entreguem às entidades. Cinco horas depois, os reitores ainda não tinham chegado a um acordo. **Continuamos sem uma proposta oficial de reajuste.** No final do dia, o Fórum encaminhou ao Cruesp ofício pedindo reunião técnica, seguida de nova rodada de negociações no dia 24 de abril. Até o fechamento deste boletim, o Cruesp não havia respondido a solicitação das entidades.

Mobilização muda discurso sobre isonomia

O comunicado do Cruesp nº 01/2000 refere-se a “uma valorização em pecúnia, a ser definida por cada uma das três universidades”, numa clara alusão à quebra da isonomia salarial entre as instituições de ensino superior do Estado de São Paulo. Na última reunião entre o Cruesp e o Fórum das Seis, do dia 19 de abril, o professor Hélio Nogueira, ao apresentar oralmente uma possível proposta de reajuste salarial às entidades do Fórum, afirmou que o reajuste, assim como o abono concomitantemente oferecido, seria extensivo às três universidades, incluindo funcionários e docentes aposentados. Essa atitude é, sem dúvida, um recuo do Cruesp frente à nossa mobilização.

ASSEMBLÉIA PERMANENTE

Plenária no dia 24 de abril (segunda-feira),
às 12 horas, no auditório da Adunicamp.

Pauta:

- ▶ Indicativo de greve por tempo indeterminado a partir de 25 de abril (3ª feira);
 - ▶ Avaliação da reunião do Fórum com o Cruesp.